

PROJETO DE LEI Nº 11/2018

ALTERA AS LEIS MUNICIPAIS
Nº 1.796/2010 E 1.984/ 2015.

Art. 1.º O *caput* do art. 48 da Lei Municipal 1.796, de 27 de outubro de 2010 passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art.48. Os conselheiros tutelares recebem remuneração mensal no valor equivalente a 2,5 Padrões de Referência – PR, instituído pelo art. 28, da Lei Municipal 735/90, de 27 de junho de 1990.
.....”*

Art. 2.º O inciso II do art. 7º da Lei Municipal 1.984, de 1º de abril de 2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

.....

II – extraordinária sempre que o número de conselheiros tutelares ficar reduzido a menos de 10 (dez), entre titulares e suplentes

.....”

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Agudo, 23 de março de 2018.

VALÉRIO VILÍ TREBIEN
Prefeito de Agudo

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

A Administração Municipal encaminha o Projeto de Lei que “ALTERA AS LEIS MUNICIPAIS Nº 1.796, DE 27 DE OUTUBRO DE 2010 E 1.984, DE 1º DE ABRIL DE 2015”, que versam sobre o Conselho Tutelar.

Inicialmente, devemos salientar que a atividade do Conselho Tutelar é de suma relevância, dado que sua atuação é voltada à proteção de crianças e adolescentes expostos às mais diversas situações de vulnerabilidade e mazela social.

E, como forma de reconhecimento e, sobretudo, justiça, necessário que se faça uma readequação na remuneração dos membros do Conselho Tutelar, já que atualmente a mesma não condiz com a responsabilidade que a função exige.

Importante destacar que a remuneração já foi motivo de desistências de vários membros eleitos, que deixaram suas funções em busca de melhores oportunidades.

Assim, propõe-se o “reajuste” da remuneração, de 02 Padrões Referenciais, para 2,5 Padrões Referenciais.

Além disso, necessário que se promova alteração na lei municipal para o fim de possibilitar a eleição suplementar nas hipóteses em que os Conselheiros Tutelares suplentes fiquem reduzidos a menos 05 (cinco).

Isto porque, o Conselho Tutelar não pode correr o risco de funcionar sem, no mínimo, 05 (cinco) titulares, conforme exigência da lei. Há que se ter uma banca de suplentes completa.

Em anexo, enviamos o Cálculo do Impacto Orçamentário Financeiro, assegurando haver recursos para custear a despesa.

Com efeito, o Executivo envia o incluso Projeto de Lei, para que seja submetido a apreciação de Vossas Excelências.

VALÉRIO VILÍ TREBIEN
Prefeito de Agudo

ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO / FINANCEIRO 005/2018**PARA ALTERAR VALORES DE REMUNERAÇÃO DE CONSELHEIROS MUNICIPAIS.**

Em cumprimento ao disposto nos art. 16 e 21 Lei Complementar nº 101-2000, e no parágrafo 1º e incisos do art. 169 da Constituição Federal, considerando as metas e prioridades elencadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, emitimos o presente parecer, considerando os seguintes dados:

FINALIDADE: ALTERAR VALOR DA REMUNERAÇÃO MENSAL DOS CONSELHEIROS TUTELARES MUNICIPAIS. JUSTIFICATIVA: ATUALIZAR O VALOR PERCEBIDO EM FUNÇÃO DE DEFASAGEM SALARIAL.	2018	2019	2020
Pagamento de Salários	19.618,65	26.158,20	26.158,20
Total	19.618,65	26.158,20	26.158,20

ORIGEM DOS RECURSOS

Discriminativo	2018	2019	2020
Recursos Livre	19.618,65	26.158,20	26.158,20
Total	19.618,65	26.158,20	26.158,20

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

PLANO PLURIANUAL (X) Adequada () Inadequada LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (X) Adequada () Inadequada	A despesa objeto do presente estudo está prevista nas diretrizes, objetivos e metas do Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021 Lei Municipal nº 2064/17. É compatível com as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2071/17 para o exercício de 2018.
Existe dotação orçamentária suficiente para atender as despesas decorrentes no orçamento do exercício de 2018.	

AGUDO, 23 de março de 2018.

ADEMIR KESSELERSecretário de Administração e Gestão
e da Fazenda**JOÃO DE DEUS**

Secretário de Desenvolvimento Social e Habitação

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DA DESPESA

Eu, **JOÃO DE DEUS**, Secretário de Desenvolvimento Social e Habitação, no uso de minhas atribuições legais e em cumprimento às determinações do inciso II do art. 16 da Lei Complementar 101-2000, na qualidade de Ordenador de Despesas, e à vista da estimativa do Impacto Orçamentário - Financeiro DECLARO existir recursos suficientes para realizar o gasto, cuja despesa no valor de R\$ 19.618,65 (dezenove mil, seiscentos e dezoito reais e sessenta e cinco centavos) em 2018, existem dotações orçamentárias na Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação:

LIVRE: 001

3.1.9.0.11.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas- Pessoal- 589

3.1.9.0.13.00.00.00 - Obrigações Patronais - 590

Estando adequada à Lei Orçamentária Anual e compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual.

AGUDO, 23 de março de 2018.

JOÃO DE DEUS
Secretário de Desenvolvimento Social e Habitação